



CENTRO DE ESTUDOS ESCRITURALISTAS

Manual de Pesquisa, Estilo e Publicação do CEE

Princípios de pesquisa, escrita, documentação e publicação do Centro de Estudos
Escrituralistas.

DOCUMENTO INSTITUCIONAL · EDIÇÃO EM PORTUGUÊS

Sumário

1. Finalidade	3
2. O que constitui pesquisa	3
3. Contribuição e originalidade	3
4. Fonte, interpretação e argumento	4
5. Pesquisa confessional e rigor acadêmico	4
6. Organização intelectual e editorial das publicações	5
7. Publicações	5
7.1 Artigos	5
7.2 Working Papers	6
7.3 Ensaaios Acadêmicos	6
7.4 Notas e Intervenções	7
7.5 Resenhas e Artigos de Revisão	7
8. Recursos de Pesquisa	8
8.1 Traduções	8
8.2 Bibliografias	8
8.3 Fontes e Documentos	8
8.4 Outros instrumentos de pesquisa	8
9. Projetos, coleções e dossiês	9
10. Escolha da forma adequada	9
11. Arquitetura do paper	10
12. Resumo e título	10
13. Estado da literatura	10
14. Objeções e controvérsias	11
15. Citações, notas e bibliografia	11
16. Notas de rodapé	11
17. Tradução e publicação bilíngue	11
18. Pesquisa histórica e integridade documental	12
19. Inteligência artificial	12
20. Revisão editorial e revisão por pares	12
21. Versionamento e correção	13
22. Estilo do CEE	13
23. O princípio editorial do CEE	13



1. Finalidade

O presente Manual estabelece os princípios de pesquisa, escrita e publicação do Centro de Estudos Escrituralistas. Seu objetivo não é impor uma fórmula uniforme a trabalhos de natureza diferente, mas garantir que a diversidade de métodos e gêneros admitidos pelo Centro permaneça subordinada a critérios comuns de rigor intelectual, precisão documental, clareza argumentativa e transparência editorial.

O CEE atua principalmente nas áreas de escrituralismo, teologia reformada, filosofia, cosmovisão e cultura. Essas áreas exigem métodos distintos. Um estudo sobre a epistemologia de Gordon H. Clark não é construído exatamente como uma pesquisa documental sobre a Assembleia de Westminster; uma análise de um argumento filosófico não segue necessariamente o mesmo procedimento de uma investigação histórica; uma interpretação cultural possui exigências diferentes de um estudo exegetico.

O Centro não procura eliminar essas diferenças. Procura discipliná-las.

Por isso, o padrão fundamental do CEE não consiste numa estrutura obrigatória de seções, mas numa exigência intelectual: cada publicação deve permitir que o leitor compreenda claramente o que está sendo investigado, quais fontes sustentam as afirmações apresentadas, que tipo de raciocínio conduz às conclusões e qual é o estatuto editorial do trabalho.

2. O que constitui pesquisa

Pesquisa não é acumulação de informação. Também não se reduz à leitura de muitos livros sobre determinado assunto.

Uma investigação começa propriamente quando existe uma questão suficientemente delimitada para que algo possa ser descoberto, esclarecido, demonstrado, contestado ou reinterpretado.

“Gordon H. Clark” é um tema.

“A epistemologia de Gordon H. Clark” já representa um campo mais delimitado, mas ainda pode ser amplo demais para um artigo.

“A experiência possui alguma função na aquisição do conhecimento segundo Gordon H. Clark?” constitui um problema de pesquisa.

A resposta proposta a esse problema forma a tese. As razões pelas quais essa resposta deve ser aceita constituem o argumento.

Essa distinção entre tema, problema, tese e argumento é fundamental para a produção do CEE. Um texto pode possuir extensa bibliografia e ainda assim permanecer apenas expositivo. A existência de pesquisa depende de haver uma questão real sendo investigada e de o trabalho produzir algum resultado intelectual a respeito dela.

Isso não significa que toda publicação do Centro deva defender uma tese original. Bibliografias, traduções, edições documentais e outros instrumentos possuem funções diferentes. Porém, quando uma publicação se apresenta como artigo de pesquisa ou working paper, deve existir uma contribuição identificável.

3. Contribuição e originalidade

Originalidade acadêmica não significa necessariamente descobrir um assunto sobre o qual ninguém jamais escreveu.

Uma contribuição pode consistir em formular um novo argumento, contestar uma interpretação



estabelecida, reconstruir com maior precisão uma posição, aplicar uma distinção conceitual ainda não utilizada naquela discussão, introduzir uma fonte negligenciada, relacionar conjuntos de literatura anteriormente tratados separadamente ou demonstrar que uma controvérsia foi formulada de maneira inadequada.

Em trabalhos históricos, a contribuição pode surgir da descoberta, edição ou nova interpretação de documentação.

Em filosofia, pode surgir de uma nova tese ou de uma nova defesa de uma tese antiga.

Em teologia, pode resultar de exegese, reconstrução dogmática, análise histórica ou crítica conceitual.

Em estudos culturais, pode consistir em demonstrar relações entre obras, movimentos, valores e pressupostos que não haviam sido suficientemente examinadas.

O CEE não exige novidade artificial. Um trabalho não deve fabricar diferenças em relação à literatura apenas para reivindicar originalidade. A contribuição deve surgir do próprio problema investigado.

4. Fonte, interpretação e argumento

O Centro distingue rigorosamente três operações que frequentemente aparecem misturadas: estabelecer o que uma fonte diz, interpretar o significado dessa fonte e argumentar a partir dela.

Uma citação demonstra que determinada formulação aparece num texto. Ela não demonstra automaticamente que uma interpretação particular da passagem está correta.

Da mesma maneira, a existência de vários estudiosos defendendo uma leitura não transforma essa leitura em conclusão necessária. Literatura secundária informa o estado da discussão; ela própria continua sujeita a exame.

Sempre que a pesquisa depender da posição de um autor, o CEE dá preferência ao contato direto com suas obras. A afirmação de que Clark sustentava determinada tese deve ser verificada, quando possível, em Clark. Uma afirmação sobre Calvino deve procurar Calvino. Uma reconstrução dos debates de Westminster deve recorrer aos documentos pertinentes sempre que o argumento exigir precisão histórica.

Fontes secundárias são indispensáveis para localizar os debates, conhecer interpretações e compreender a história da pesquisa. Elas não devem funcionar como substitutas permanentes das fontes primárias.

Também se deve distinguir cuidadosamente aquilo que o autor estudado afirma daquilo que o pesquisador julga decorrer de sua posição. “Clark afirma X”, “X parece pressupor Y” e “defendo que X implica Y” são afirmações de natureza diferente e não devem ser apresentadas como equivalentes.

5. Pesquisa confessional e rigor acadêmico

O CEE possui identidade intelectual própria. Sua origem está vinculada ao escrituralismo, à tradição reformada e à convicção de que a revelação divina possui prioridade epistemológica para o pensamento cristão.

Isso significa que o Centro não assume a ficção de uma neutralidade filosófica absoluta.

Essa posição, porém, aumenta a exigência de precisão em vez de diminuí-la. Discordar de determinada filosofia não autoriza descrevê-la incorretamente. Defender uma doutrina não autoriza atribuí-la a um teólogo que não a sustentou. Considerar uma cosmovisão falsa não elimina a obrigação de reconstruir seus argumentos da maneira mais forte que suas próprias fontes permitem.

A crítica acadêmica torna-se mais valiosa quando o adversário poderia reconhecer a exposição de sua

própria posição antes de rejeitar a conclusão do pesquisador.

O CEE não identifica compromisso confessional com simplificação apologética. A defesa da verdade requer primeiro saber exatamente o que está sendo afirmado, por quem, com quais argumentos e a partir de quais pressupostos.

6. Organização intelectual e editorial das publicações

O CEE distingue três aspectos que não devem ser confundidos: **a forma intelectual de um trabalho, seu estatuto editorial e sua função dentro do acervo.**

A forma intelectual diz respeito ao que o texto efetivamente faz. Um estudo pode ser argumentativo, histórico, exegético, comparativo, historiográfico, documental, crítico ou ensaístico.

O estatuto editorial indica em que condição o trabalho está sendo apresentado ao público. Uma investigação pode estar concluída em sua forma corrente, permanecer deliberadamente aberta a revisão como working paper ou receber posteriormente nova edição.

A função no acervo indica o lugar que o material ocupa dentro da atividade de pesquisa do Centro. Alguns trabalhos apresentam argumentos e interpretações próprios; outros preservam, traduzem, organizam ou tornam acessível material necessário à investigação.

Essa distinção permite evitar uma classificação artificial na qual artigo, working paper, tradução e documento aparecem como se fossem espécies equivalentes.

Um artigo histórico e um artigo conceitual são formas diferentes de produção autoral. Um working paper pode assumir qualquer uma dessas formas, pois seu caráter de working paper diz respeito principalmente ao estágio editorial da investigação. Uma tradução ou edição documental, por sua vez, possui outra função: não é primordialmente uma tese autoral, mas parte da infraestrutura de pesquisa produzida pelo Centro.

A arquitetura editorial do CEE organiza o acervo, portanto, em duas grandes famílias: **Publicações e Recursos de Pesquisa.**

7. Publicações

A seção de Publicações reúne trabalhos nos quais pesquisadores do CEE apresentam investigação, argumentação, interpretação, crítica ou avaliação intelectual própria.

A classificação interna existe para esclarecer a natureza do trabalho, não para impor divisões rígidas. Uma publicação pode combinar mais de uma abordagem sempre que sua questão exigir.

7.1 Artigos

Artigos são pesquisas consideradas completas em sua forma editorial corrente.

Podem assumir diferentes configurações intelectuais.

Um **artigo argumentativo ou conceitual** enfrenta um problema filosófico, teológico ou conceitual e procura estabelecer determinada conclusão por meio de argumentos. Sua força depende principalmente da clareza da tese, da precisão dos conceitos, da validade das inferências e do tratamento das objeções relevantes.

Um **artigo histórico** investiga acontecimentos, processos, autores ou desenvolvimentos no tempo. Sua contribuição nasce da relação entre documentação, contexto e interpretação.

Um **artigo historiográfico** tem como objeto principal as interpretações acadêmicas produzidas sobre

determinado acontecimento, autor ou tradição. Seu interesse está em compreender como a própria história da pesquisa se desenvolveu, quais escolas interpretativas surgiram e onde permanecem controvérsias.

Um **estudo textual ou documental** concentra-se numa fonte ou pequeno conjunto de fontes cuja análise detalhada permita estabelecer algo intelectualmente relevante. O documento pode também ser publicado separadamente entre os Recursos de Pesquisa.

Um **artigo comparativo** examina autores, tradições, sistemas ou objetos segundo uma questão comum. A simples apresentação paralela de duas posições não constitui comparação suficiente; é preciso determinar precisamente o aspecto segundo o qual elas são comparadas.

Um **artigo exegético** investiga um texto ou problema de interpretação bíblica. Pode exigir análise literária, histórica, sintática, semântica, intertextual ou textual, conforme a natureza do problema.

Um **artigo de teologia sistemática ou dogmática** procura tratar determinada doutrina em sua coerência interna e em suas relações com Escritura, tradição teológica e problemas conceituais pertinentes.

Um **artigo metodológico** tem o próprio método como objeto de investigação, propondo, avaliando ou criticando formas de abordar determinado problema.

Esses qualificadores descrevem a forma predominante do trabalho. Não constituem séries editoriais independentes e não precisam necessariamente aparecer como categorias públicas separadas no site.

7.2 Working Papers

Working papers são pesquisas suficientemente desenvolvidas para circulação acadêmica, mas que permanecem explicitamente abertas a revisão substancial.

O termo não identifica um gênero intelectual próprio. Um working paper pode ser histórico, conceitual, exegético, comparativo ou assumir outra forma de pesquisa.

A diferença fundamental está no estatuto editorial.

Um artigo comunica que o autor considera a investigação concluída naquela edição. Um working paper comunica que a investigação permanece em desenvolvimento e poderá incorporar novas fontes, objeções, argumentos ou reformulações.

Essa condição não implica qualidade inferior. Um working paper pode ser mais extenso, tecnicamente complexo e documentalmente desenvolvido que um artigo definitivo.

Working papers devem possuir identificação própria, data e versionamento, preservando o histórico intelectual do trabalho. Quando posteriormente originarem artigos, capítulos, livros ou publicações externas, essa relação deve permanecer registrada.

7.3 Ensaios Acadêmicos

O ensaio acadêmico permite maior liberdade formal e maior presença autoral que o artigo convencional, sem abandonar responsabilidade intelectual ou documental.

Pode desenvolver uma interpretação abrangente, aproximar campos distintos, formular uma proposta programática ou explorar uma questão cuja natureza não recomende a estrutura mais delimitada de um research article.

O ensaio não constitui autorização para imprecisão. Afirmações históricas continuam exigindo documentação; posições alheias devem continuar sendo apresentadas com fidelidade; inferências continuam sujeitas a exame racional.

Sua diferença está principalmente na liberdade de construção e na possibilidade de desenvolver problemas

mais amplos sem fabricar artificialmente uma estrutura convencional de paper.

7.4 Notas e Intervenções

Nem toda contribuição acadêmica relevante exige um artigo extenso.

Uma descoberta limitada, uma objeção precisa, uma correção bibliográfica ou uma resposta a determinado argumento pode possuir importância suficiente para publicação sem necessidade de ser artificialmente ampliada.

O CEE reúne essas formas menores sob a categoria **Notas e Intervenções**.

Uma **Nota de Pesquisa** (*research note*) apresenta um resultado específico, uma pequena descoberta, hipótese, distinção conceitual ou observação metodológica cuja contribuição pode ser exposta de maneira concentrada. Pode constituir publicação definitiva; sua brevidade não significa provisoriidade.

Uma **Nota Crítica** (*critical note* ou *discussion note*, conforme o contexto) intervém diretamente numa tese, interpretação ou argumento já existente. Deve identificar com precisão o ponto contestado e apresentar razões suficientes para a crítica.

Uma **Resposta** é dirigida explicitamente a um artigo, livro, crítica ou intervenção anterior. Quando ocorre nova etapa do mesmo debate, podem ser utilizadas designações como **Réplica** ou *rejoinder*.

Um **Comentário** examina de maneira concentrada determinado argumento, texto ou problema, sem necessariamente possuir a amplitude de um artigo completo.

Uma **Nota Documental** apresenta, esclarece ou contextualiza uma fonte específica cuja existência ou interpretação tenha relevância para determinada pesquisa.

Uma **Nota Bibliográfica** resolve ou esclarece questões relacionadas a referências, edições, atribuições, história editorial, traduções ou circulação de determinado texto.

Um **Critical Notice** é uma análise crítica de obra recente mais extensa e argumentativa que uma resenha comum, podendo tornar o livro ponto de partida para uma discussão intelectual própria.

Uma **contribuição de fórum** (*forum contribution*) é uma intervenção breve produzida no contexto de debate organizado em torno de questão determinada e normalmente relacionada a outras contribuições do mesmo conjunto.

Essas designações devem ser utilizadas pela função real que desempenham, não pelo tamanho do texto. Uma nota de cinco páginas pode representar uma contribuição acabada; um working paper de quarenta páginas pode permanecer provisório.

7.5 Resenhas e Artigos de Revisão

A resenha acadêmica possui uma obra determinada como objeto principal. Deve apresentar sua tese, estrutura, contribuição e problemas relevantes, indo além de resumo de conteúdo.

O **artigo de revisão** (*review article*) possui alcance maior. Pode utilizar uma ou várias obras como ponto de partida para examinar uma discussão inteira, comparar abordagens ou identificar mudanças recentes dentro de determinado campo.

O **estado da questão** (*state of the field* ou *state of the question*) aproxima-se dessa segunda forma, mas seu objeto principal é a configuração de uma área de pesquisa. Procura mostrar quais posições estruturam o debate, onde ocorreram mudanças importantes, quais problemas permanecem abertos e onde novas investigações podem contribuir.

Esses trabalhos são particularmente valiosos quando produzem verdadeira cartografia intelectual de um



campo e não simples inventário bibliográfico.

8. Recursos de Pesquisa

A seção de Recursos de Pesquisa reúne materiais cuja principal função não é apresentar uma tese original do pesquisador, mas tornar investigação futura possível, mais precisa ou mais acessível.

Isso não torna esses materiais intelectualmente secundários. Tradução, edição documental e organização bibliográfica podem exigir pesquisa extensa e produzir contribuições duradouras para determinada área.

8.1 Traduções

Traduções tornam acessíveis em outro idioma textos relevantes às áreas de interesse do Centro.

Devem identificar a fonte utilizada e distinguir claramente texto original, intervenção editorial, nota do tradutor e comentário.

Quando necessário, podem ser acompanhadas de introdução histórica, aparato crítico ou explicações terminológicas.

Traduções auxiliadas por inteligência artificial permanecem sujeitas às mesmas exigências editoriais que qualquer outra tradução. A publicação final deve ter sido efetivamente revisada e assumida pelo responsável identificado.

8.2 Bibliografias

Bibliografias organizam literatura relevante para determinado autor, tema, período, tradição, controvérsia ou projeto.

Podem assumir forma simples, temática, comentada ou crítica.

Uma bibliografia comentada acrescenta orientação sobre o conteúdo ou utilidade das obras. Uma bibliografia crítica pode também avaliar tendências, limitações ou relações entre diferentes trabalhos.

A bibliografia não deve ser confundida com um artigo de revisão. Sua principal função é organizar e tornar localizável a literatura; quando a interpretação da configuração intelectual do campo se torna o centro do trabalho, estamos diante de um artigo de revisão ou estado da questão.

8.3 Fontes e Documentos

Essa categoria reúne documentos primários, transcrições, cartas, atas, edições históricas, textos confessionais, materiais de arquivo e outros registros de interesse para pesquisa.

A publicação deve permitir que o leitor compreenda de onde o material procede, que edição foi utilizada e quais intervenções foram realizadas pelo editor.

Sempre que pertinente, deve-se distinguir texto original, modernização ortográfica, reconstrução, tradução e comentário editorial.

8.4 Outros instrumentos de pesquisa

O CEE poderá desenvolver outros recursos quando forem úteis às suas linhas e projetos.

Entre eles podem estar cronologias, índices, guias de pesquisa, catálogos documentais, concordâncias, edições digitais, repertórios de fontes e instrumentos semelhantes.

Essas formas não precisam constituir seções autônomas do site enquanto o volume de material não

justificar essa divisão. Podem permanecer reunidas sob Recursos de Pesquisa e receber identificação específica em seus metadados.

9. Projetos, coleções e dossiês

Tipos de publicação não devem ser confundidos com estruturas de organização temática.

Um **Projeto de Pesquisa** reúne trabalhos produzidos ao longo de uma investigação continuada. Pode conter artigos, working papers, notas, traduções, bibliografias e documentos.

Uma **coleção** reúne materiais relacionados por critério editorial ou documental.

Um **dossiê** organiza diferentes publicações em torno de determinado problema, autor, controvérsia ou acontecimento. Pode combinar materiais pertencentes às duas grandes famílias do acervo.

Um eventual **Dossiê Clark e Van Til**, por exemplo, poderia reunir artigos interpretativos, working papers, notas críticas, traduções, documentos históricos e uma bibliografia específica sem transformar “dossiê” em novo gênero de texto.

Essas estruturas permitem que o CEE apresente pesquisa como atividade acumulativa e interligada, em vez de uma sequência de publicações isoladas.

10. Escolha da forma adequada

A forma de uma publicação deve nascer da natureza de sua contribuição.

Quando o centro do trabalho estiver na defesa sistemática de uma tese suficientemente desenvolvida, a forma natural será normalmente o artigo.

Quando essa mesma investigação ainda permanecer deliberadamente aberta a desenvolvimento, poderá circular como working paper.

Quando a contribuição for ampla, interpretativa ou programática e exigir liberdade maior de construção, poderá assumir forma de ensaio acadêmico.

Quando houver um resultado pequeno e preciso que possa ser demonstrado sem desenvolvimento extenso, uma nota será frequentemente mais adequada.

Quando o objeto principal for uma obra específica, caberá uma resenha ou critical notice. Quando o objeto for uma discussão acadêmica mais ampla revelada por várias obras, caberá um artigo de revisão ou estado da questão.

Quando o principal trabalho consistir em preservar, traduzir, organizar ou disponibilizar material para investigação, o resultado deverá ser classificado entre os Recursos de Pesquisa.

Essas formas podem se combinar, mas uma publicação deve possuir uma identidade predominante suficientemente clara para que o leitor saiba que espécie de contribuição está diante dele.

A escolha adequada não deve ser determinada pelo prestígio aparente de determinado formato. Uma nota precisa não precisa ser inflada até tornar-se artigo. Uma pesquisa ainda instável não precisa ser chamada de artigo apenas para aparentar conclusão. Uma boa bibliografia não precisa fabricar uma tese para justificar sua existência.

Cada forma possui valor quando corresponde honestamente à natureza do trabalho.

11. Arquitetura do paper

O CEE não exige que todos os artigos sejam construídos segundo a mesma sequência de títulos.

A estrutura convencional mais simples contém título, resumo, palavras-chave, introdução, desenvolvimento dividido segundo as necessidades do argumento, conclusão e referências.

A introdução deve estabelecer o problema com rapidez suficiente para que o leitor compreenda por que o texto existe. Deve localizar a discussão, formular a questão, apresentar a tese quando houver e indicar a contribuição pretendida.

O desenvolvimento deve seguir a lógica da demonstração. Se três etapas são necessárias, haverá três grandes seções. Se seis são necessárias, haverá seis. Não existe mérito acadêmico em multiplicar divisões sem função.

A conclusão deve indicar o que efetivamente foi estabelecido e quais consequências decorrem disso. Não deve simplesmente repetir o resumo ou recontar cada seção do trabalho.

Seções chamadas “Metodologia”, “Referencial Teórico”, “Resultados” ou “Discussão” somente devem aparecer quando tiverem função real. O CEE não transforma o modelo de trabalhos empíricos em regra para filosofia, história ou teologia.

12. Resumo e título

O título deve permitir que um pesquisador reconheça o assunto e, preferencialmente, o problema do trabalho sem precisar abrir o documento.

Títulos literários podem ser utilizados quando acompanhados por subtítulos suficientemente informativos, mas o Centro favorece precisão sobre ornamentação.

O resumo não funciona como introdução em miniatura. Deve condensar a identidade lógica do trabalho: o problema enfrentado, a tese ou objetivo central, o percurso de investigação e o resultado principal.

Como regra editorial interna, resumos de artigos e working papers devem normalmente permanecer entre 150 e 250 palavras.

As palavras-chave devem representar aquilo que um pesquisador realmente procuraria para encontrar o trabalho.

13. Estado da literatura

O pesquisador deve conhecer a literatura suficiente para saber em que discussão está entrando.

Isso não exige citar tudo o que já foi publicado. Exige distinguir o que é central do que é periférico.

A bibliografia não deve funcionar como demonstração de erudição por volume. Quinze referências diretamente relevantes são superiores a cinquenta adicionadas apenas para aumentar o aparato acadêmico.

Também não existe obrigação de criar uma seção separada intitulada “Revisão de Literatura”. Em filosofia, teologia e história intelectual, frequentemente é mais natural apresentar a literatura dentro da própria construção do problema.

O estado da questão deve cumprir uma função argumentativa: mostrar onde o trabalho se situa.

14. Objeções e controvérsias

Quando um artigo defende uma tese contestável, deve enfrentar as objeções que realmente ameaçam sua conclusão.

A boa prática não consiste em escolher críticas fracas para produzir respostas fáceis. Uma posição ganha força quando demonstra sobreviver à formulação mais robusta das alternativas.

A reconstrução de uma objeção deve ser tão cuidadosa quanto a reconstrução da posição defendida.

O pesquisador deve identificar se está contestando uma premissa, uma definição, uma inferência, uma interpretação documental ou a relação entre evidência e conclusão. Respostas vagas a objeções vagas geram apenas aparência de debate.

15. Citações, notas e bibliografia

O padrão geral do CEE é o sistema **Notes and Bibliography** do *Chicago Manual of Style*. Esse modelo é particularmente adequado ao perfil do Centro porque permite reunir documentação bibliográfica e notas substantivas sem interromper excessivamente o corpo principal.

A primeira nota referente a uma obra fornece identificação adequada segundo o padrão adotado. Referências subsequentes utilizam forma abreviada. O Centro prefere formas abreviadas ao uso recorrente de *ibid*.

A bibliografia final registra as obras efetivamente utilizadas e, quando houver motivo editorial claro, pode separar fontes primárias e literatura secundária.

Em trabalhos de estudos bíblicos, fontes antigas e línguas originais, o *SBL Handbook of Style* funciona como suplemento técnico ao padrão geral do Centro.

Quando um trabalho do CEE for posteriormente submetido a periódico externo, sua formatação deverá ser adaptada às normas do periódico. A identidade intelectual do paper permanece; seu aparato editorial pode mudar.

16. Notas de rodapé

Notas são parte do aparato do texto, não um depósito para pensamentos que o autor não conseguiu organizar.

Podem conter documentação, discussão bibliográfica secundária, esclarecimento histórico, observações laterais e questões que interessam ao especialista sem serem necessárias para acompanhar o argumento principal.

Se uma informação é necessária para compreender a tese, ela pertence ao corpo do artigo.

O leitor não deve precisar ler um segundo paper escondido no rodapé para compreender o primeiro.

17. Tradução e publicação bilíngue

As versões em português e inglês de uma publicação do CEE são edições linguísticas do mesmo trabalho, não páginas produzidas por tradução automática em tempo real.

O inglês editorial padrão do Centro é o inglês americano.



Uma tradução pode utilizar sistemas de inteligência artificial como instrumento preliminar, mas a versão publicada precisa ter sido revisada e assumida editorialmente.

Quando a versão portuguesa contém uma tradução de uma fonte originalmente inglesa, a edição inglesa do paper deve recuperar a redação original da fonte sempre que ela estiver disponível. Não se deve traduzir para o inglês uma tradução portuguesa de um original inglês.

O mesmo princípio se aplica às demais línguas.

Terminologia filosófica e teológica deve permanecer estável entre os trabalhos do Centro. Variação vocabular não possui prioridade sobre precisão conceitual.

18. Pesquisa histórica e integridade documental

O pesquisador deve distinguir aquilo que sabe daquilo que infere.

Datas, títulos, citações, edições, paginação, autoria e dados documentais precisam ser verificados antes da publicação.

Uma referência aparentemente plausível não deve ser incorporada ao texto até que sua existência seja confirmada.

Quando diferentes edições produzem diferenças relevantes, a edição utilizada deve ser identificada.

Em trabalhos que dependem de transcrição, tradução ou restauração de documentos, intervenções editoriais precisam ser transparentes. O leitor deve ser capaz de distinguir texto da fonte e trabalho do editor.

19. Inteligência artificial

O CEE admite o uso de inteligência artificial como instrumento de trabalho, não como autoridade epistêmica substitutiva das fontes.

IA pode contribuir para organização, busca preliminar, comparação de textos, tradução inicial, revisão linguística, estruturação de notas e identificação de inconsistências. Nenhuma dessas funções transfere a responsabilidade intelectual pelo trabalho.

Citações, referências bibliográficas, afirmações documentais e reconstruções históricas sugeridas por modelos de IA devem ser verificadas nas respectivas fontes.

O pesquisador assina o texto e responde pelo que foi publicado. A utilização de uma ferramenta não altera essa responsabilidade.

E é expressamente necessário que o texto seja feito pelo pesquisador, mesmo que sob o auxílio de algum tipo de ferramenta.

20. Revisão editorial e revisão por pares

Revisão editorial e revisão por pares são processos diferentes.

A revisão editorial verifica aspectos como clareza, coerência interna, documentação, forma, terminologia, citações e adequação ao padrão do Centro.

Revisão por pares envolve avaliação intelectual por pesquisadores qualificados segundo procedimento formal estabelecido. O CEE somente utilizará a expressão “revisado por pares” quando esse processo tiver

efetivamente ocorrido.

A leitura informal por colegas, colaboradores ou membros do Centro não deve receber essa designação.

Essa distinção deve permanecer visível porque a credibilidade editorial depende também de não atribuir às publicações um estatuto que elas não possuem.

21. Versionamento e correção

Toda publicação acadêmica do CEE deve possuir identificação temporal suficiente para que diferentes estados do texto possam ser distinguidos.

Working papers requerem versionamento explícito. Uma primeira versão pública pode ser identificada como 1.0. Alterações limitadas podem produzir 1.1 ou 1.2. Reformulações substanciais justificam nova versão principal.

Artigos definitivos também podem ser corrigidos. Pequenos reparos tipográficos não exigem nova edição formal. Alterações que modificam argumento, documentação ou conclusão devem ser registradas de maneira transparente.

Quando um working paper resultar em artigo definitivo ou publicação externa, a página original deve informar a existência da versão posterior.

22. Estilo do CEE

O CEE favorece prosa acadêmica clara, argumentativa e intelectualmente densa.

Não existe obrigação de escrever de maneira impessoal. O pesquisador pode afirmar “defendo”, “argumento” ou “sustento” quando isso tornar sua responsabilidade intelectual mais clara.

A primeira pessoa não é menos acadêmica que construções impessoais artificiais.

O Centro evita linguagem inflada cuja função seja apenas produzir aparência de erudição. Termos técnicos são necessários quando correspondem a distinções técnicas. Fora disso, a palavra mais clara deve prevalecer.

O texto pode possuir personalidade, força retórica e elegância. O que não pode ocorrer é a retórica funcionar como substituta da demonstração.

Em controvérsias, a crítica deve atingir argumentos, pressupostos, interpretações e evidências. Caracterizações pessoais somente possuem lugar quando forem historicamente relevantes e documentalmente justificáveis.

23. O princípio editorial do CEE

O Centro não mede rigor pelo número de notas, extensão da bibliografia, dificuldade da linguagem ou quantidade de nomes citados.

Rigor consiste em saber exatamente o que está sendo afirmado e por quê.

Uma publicação deve permitir que o leitor diferencie evidência de interpretação, interpretação de inferência e inferência de conclusão. Deve representar fontes com precisão suficiente para que sejam verificadas. Deve reconhecer a literatura relevante sem se submeter automaticamente às suas conclusões. Deve formular críticas contra posições reais e não contra caricaturas. Deve deixar claro quando apresenta descoberta, reconstrução, interpretação, hipótese ou defesa normativa.



O aparato acadêmico existe para tornar a investigação controlável e verificável.

Ele não substitui a investigação.



PRINCÍPIO EDITORIAL

O princípio que orienta o CEE pode, portanto, ser formulado de maneira simples: a forma deve servir à verdade do argumento, à fidelidade das fontes e à possibilidade de exame público da pesquisa.

Centro de Estudos Escrituralistas

<https://orlandoterceiro.com/cee/pt/manual-de-pesquisa-estilo-e-publicacao>